



Vidas que não valem nada: necropolítica e resistência em *Maus*

Meaningless Lives: Necropolitics and Resistance in *Maus*

Ana Lilia Carvalho Rocha*

Universidade Federal do Pará (UFPA) | Belém, Brasil

liliarochaufpa@gmail.com

Gaio Wilson Barbosa Brito**

Belém, Brasil

gaiowb93@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo alinhar a ótica sobre o termo necropolítica à obra testemunhal *Maus: a história de um sobrevivente*, de Art Spiegelman, filho de sobreviventes da Shoah. No quadrinho de Art Spiegelman, seu pai Vladek Spiegelman lhe conta suas memórias e o seu testemunho sobre seus tempos naquela época, igualmente está sua mãe Anja Spiegelman e demais familiares, retratados desde os primórdios da guerra até suas próprias deportações para diferentes campos de concentração na Europa, entre estes Auschwitz. Para realizar este levantamento foram feitas pesquisas bibliográficas para definição dos conceitos de necropolítica, proposto por Joseph-Achille Mbembe, resistência e testemunho por Augusto Sarmiento-Pantoja e Giorgio Agamben, entre outros.

Palavras-chave: Testemunho. Necropolítica. Resistência.

Abstract: This work aims to align the perspective of the term necropolitics with the testimonial work *Maus: the story of a survivor* by comic artist Art Spiegelman, son of holocaust survivors. In Art Spiegelman's comic, his father Vladek Spiegelman tells him his memories and his testimony about his times at that time, as well as his mother Anja Spiegelman and other relatives, portrayed from the beginnings of the war to his own deportations to different concentration camps in the Europe, among these Auschwitz. To carry out this survey, bibliographical research was made in order to define the concepts of necropolitics, proposed by Joseph-Achille Mbembe, resistance and testimony by Augusto Sarmiento-Pantoja and Giorgio Agamben, among others.

Keywords: Testimony. Necropolitics. Resistance.

1 *Maus*: a história de um sobrevivente

* Professora da Universidade Federal do Pará e Doutora em Estudos Literários pela mesma instituição.

** Graduado em Letras pela Universidade Federal do Pará.



Utilizando uma forma não usual como narrativa testemunhal para tratar do holocausto¹ o cartunista, ilustrador e autor de histórias em quadrinhos sueco Art Spiegelman produz e publica a história completa de *Maus* pela primeira vez em 1991 e, no ano seguinte, a obra recebe o Prêmio Pulitzer, o maior prêmio de jornalismo do mundo. *Maus* é um *graphic novel* serializado de 1980 a 1991 que retrata Spiegelman entrevistando seu pai acerca das experiências deste enquanto um judeu polonês, prisioneiro em Auschwitz e sobrevivente da Shoah/Holocausto. Após alguns anos e em razão do enorme sucesso de público e crítica, o quadrinho é reeditado e compilado em um volume único, sendo distribuído no Brasil pela editora Companhia das Letras desde o início dos anos 2000.

O quadrinho de Art Spiegelman se destaca, dentre inúmeras razões, por utilizar analogias antropomórficas para a representação das personagens no livro: os alemães são representados como gatos, os judeus como ratos, os poloneses como porcos, os franceses como sapos, os norte-americanos como cachorros, os suecos como renas. O autor utiliza estas alegorias como uma forma irônica de emprego dos termos referenciados nas propagandas nazistas, em que os judeus apareciam constantemente associados a ratos. A referência maior é o filme *Der Ewige Jude* (O Eterno Judeu em tradução livre), de Fritz Hippler, diretor do departamento cinematográfico do Ministério da Propaganda do Terceiro Reich, ao comando do ministro Joseph Goebbels. O filme foi encomendado pelo governo nazista em 1940 e vendido como um documentário, apresentava-se, portanto, como uma forma de informar a população ao abordar precisamente a analogia entre a migração dos ratos ao longo da história e a migração dos judeus pelo continente europeu. Na proposta do filme, assim como os ratos, os judeus traziam doenças e desgraças a todos os lugares onde passavam e se instalavam.

A associação dos judeus a ratos faz parte de um processo anterior de abjeção e demonização do povo judeu através da propaganda antissemítica, ao ponto de que o extermínio se tornou institucionalizado e a “Solução Final da Questão Judaica” (do alemão *Endlösung der Judenfrage*) fora colocada em prática. Graças há anos de

¹ A palavra “holocausto” tem origem grega e faz referência a um “sacrifício aos deuses através do fogo que purifica”, o termo surge ao final de 1950 e se populariza após 1970 como a forma de denominar o massacre dos judeus pela Alemanha nazista, uma referência aos crematórios dos campos de extermínio. Alguns autores, como Giorgio Agamben (2015), se recusam a usar o termo Holocausto para denominar o extermínio dos judeus, por não aceitar a equiparação bíblica com o que aconteceu em Auschwitz, preferindo a utilização da palavra hebraica Shoah, que quer dizer calamidade. Como aponta Dominick LaCapra (1994; 1998), mais importante do que a fixação por um termo ou outro, é a compreensão do caráter indizível do acontecimento dos campos de extermínio, e a limitação de qualquer termo para a explicação do que aconteceu em Auschwitz.



propaganda e alienação da Alemanha, este extermínio dos “ratos” apareceu meramente como uma função de engenharia social e estritamente necessária para livrar o povo alemão da doença, pestilência e destruição, desta forma, Auschwitz era o lugar de agentes sanitários.² A palavra *Maus* tem origem alemã e significa em tradução livre “ratos”. Por essa razão, e aproveitando desse contraste e jogo de palavras, Art Spiegelman vale-se então da mesma forma alegórica apresentada pela propaganda nazista e com uma abordagem irônica, apresenta por exemplo os alemães como gatos, como aqueles que caçam os ratos e os estadunidenses como cães, aqueles que caçam os gatos.

Mesmo estando inserido na tradição de narrativas testemunhais que tiveram início nos anos 1950 e 1960 com Primo Levi e Elie Wiesel,³ *Maus* é inovador, pois não é somente um testemunho acerca das experiências de Vladek Spiegelman, pai de Art Spiegelman, enquanto cidadão judeu e posteriormente prisioneiro em Auschwitz. Também nos mostra a relação conflituosa de pai e filho e aborda uma proposta diferente de narrativa acerca do processo de extermínio do povo judeu, como argumentou o historiador Raul Hilberg. Hayden White, conhecido por seus trabalhos sobre a teoria da história e com um artigo traduzido para língua portuguesa em 2006 na compilação “Enredo e verdade na escrita da história” nos lembra que

o conteúdo manifesto da estória em quadrinhos de Spiegelman é a estória do esforço do artista em extrair de seu pai a história da experiência de seus pais com os eventos do Holocausto. Dessa forma, a história do Holocausto contada no livro é estruturada pela estória de como essa estória foi contada.⁴

O pai de Art Spiegelman, Vladek, inicia seu testemunho para o filho em um período anterior, antes dele conhecer sua futura esposa, mãe de Art Spiegelman, Anja. Em todo este período, Vladek deixa claro em seu relato a perseguição e segregação dos judeus a partir da ascensão do partido nazista em 1933. São os eventos iniciais que culminaram na construção e logística dos campos de concentração, são passos racionais que demonstram que o projeto de extermínio foi pensado e formulado anteriormente e sua colocada em prática faz parte de “um resultado lógico dos muitos passos dados anteriormente”.⁵

² EVANS, 2014.

³ Primo Levi (31/07/1919–11/04/1987) foi químico, prisioneiro em Auschwitz, escreveu a obra testemunhal “É isto um homem?” publicada pela primeira vez em 1947. Elie Wiesel (30/09/1928 – 02/07/2016) foi ganhador do prêmio Nobel da paz em 1986 e prisioneiro em Auschwitz, escreveu a obra “A noite” publicada pela primeira vez em 1958. Ambas as obras e seus respectivos autores, são considerados pioneiros nas narrativas testemunhais sobre os campos de concentração nazistas.

⁴ WHITE, 2006, p. 196.

⁵ BAUMAN, 1998, p. 221.



A principal função do discurso e da propaganda nazista era fazer com que os oprimidos sentissem que talvez seu carrasco tivesse razão. O prisioneiro, por acreditar que já não era humano, validou as práticas e a retórica que o desumanizaram. O uso de números, símbolos e roupas enfatizou a "objetificação" na qual os judeus foram expostos. Sobre a desumanização, Rego assevera que

o processo de desumanização ocorre dentro de uma relação de opressão em que o oprimido não consente com o que se faz, com o que se diz sobre ele ou sobre as considerações que pesam sobre ele e ainda é obrigado a passar por um processo que vai contra sua própria vontade.⁶

A ideologia nazista pôde atingir seu ápice transformando todo um grupo étnico, chamando-o de "inimigo da nação", algo que precisava ser extinto, eliminado e subjugado. Isso torna mais fácil identificar o inimigo, a velha batalha entre o bem e o mal, contra o monstro desumano. Por isto, o meu inimigo, destituído de emoções e de humanidade é "maltratável" (e a sua aparência o prova). Nesse sentido, o "desumano" também recebe a conotação de "mau", em oposição a "humano", o que representa uma afronta à humanidade.⁷

2 Necropolítica: a política da morte

Joseph-Achille Mbembe é um filósofo, historiador e teórico político camaronês, tornou-se grande referência nos estudos sobre o pós-colonialismo e a história política africana, além de ser o responsável por teorizar e conceituar sobre a chamada política da morte ou "necropolítica". A chave para a compreensão deste conceito reside em diversas outras obras e autores renomados e em especial, Michel Foucault e suas propostas para as diversas relações de poder existentes. Para o filósofo, o poder está correlacionado diretamente com o saber e vice-versa. Desta relação surge a compreensão de um poder maior que não apenas repressivo, é também reprodutor.

O poder é resultado de uma correlação de forças e por esta razão "se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis"⁸ Este poder é proveniente de todas as partes e isto inclui, as "partes de baixo". Nesse âmbito inferior, as micro relações de poder são as "ferramentas" das quais é possível "ordenar e coordenar" um conjunto de forças, pois onde há o poder, há resistência.⁹ Essas estratégias de relações de força e resistência sustentam os diversos tipos de saber e por ele se sustentam, formando uma "rede" que então pode atuar em múltiplas instâncias e escalas do saber e poder, compreendendo

⁶ REGO, 2014, p. 58.

⁷ REGO, 2014.

⁸ FOUCAULT, 2006, p. 104.

⁹ FOUCAULT, 2006.



discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos (ou escalas) do dispositivo.¹⁰

Em razão desta “rede estratégica”, pode-se então produzir coexistências espaciais e normas reguladoras que enunciam e viabilizam formas de subjetividade por meio de práticas discursivas de normatividade. O entendimento destas diversas “formas-de-verdade” são o princípio base para a compreensão da atualidade. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, há o surgimento de um poder máximo, emancipado e que por definição, está acima; um “poder soberano” ou como nomeia Foucault¹¹ em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, “poder disciplinador”.

Entender o protagonismo do “poder disciplinador” é essencial para compreensão da política da morte proposta por Mbembe uma vez que, este poder vem para produzir coerência e não somente normalizar os corpos dos indivíduos, mas também exercer a soberania sobre os corpos de todas as massas. O caráter disciplinador é acrescido para um poder sobre a vida e então a “soberania” se traduz em conceber o direito à vida e/ou morte

com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, modificá-lo, e vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer. O direito de soberania e, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer.¹²

Mais importante que a compreensão das normas regidas pelo poder disciplinador e os exercícios de um poder estatal maior, é reconhecer que nesta espécie de poder, chamemos assim, reside todas as contradições e perversidades que tornam possível sua existência. A “necropolítica” então manifesta-se não como uma imposição, mas como um benefício para a subsistência de uma população saudável:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.¹³

A “supremacia da vida reversa” que Foucault então denomina de “biopolítica” ou “tanatopolítica”, termo que aparece pela primeira vez em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* é a espinha dorsal para a teoria de Mbembe, a “necropolítica”. O mesmo intermediador que proporciona um corpo social saudável e uma “melhor

¹⁰ FOUCAULT, 2000, p. 244.

¹¹ FOUCAULT, 1987.

¹² FOUCAULT, 2000, p. 287.

¹³ FOUCAULT, 2000, p. 304.



qualidade de vida” para as massas mais privilegiadas, é o mesmo que pode justificar a “infelicidade” da produção de cadáveres eventualmente, em nome do bem-estar de milhares, já que “as guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver”.¹⁴

Ao adentrar o âmbito da biopolítica e do biopoder, não podemos esquecer de um outro filósofo que ampliou e contribuiu de maneira significativa para a construção do conceito proposto por Mbembe, a “necropolítica”, o italiano Giorgio Agamben e sua obra de nome *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2010). Agamben expande os domínios do biopoder ao articular a criação de novos conceitos fundamentais para a construção silenciosa de um necroestado: o poder soberano, a vida nua, estado de exceção e campos de concentração.

Nesse sentido, a vida judaica foi reduzida à sua importância e, assim, pôde permear um espaço artificial que as estruturas de poder criam ao eliminar a proteção jurídica das “formas de vida que não se submetem à sua ordem”, o que Agamben poderia entender como “vida nua”, referindo-se à experiência de desproteção e ao estado de ilegalidade, impelindo terceiros a viver permanentemente em estados de exceção, como o que foi vivido nos campos de concentração. Desse modo, a vida pode ser reduzida à sua existência biológica e o poder soberano (o estado nazista) pode decidir quem tem o direito ou não de viver.

No argumento de Foucault sobre a “justificativa” de matar ou deixar morrer milhares para a normalidade saudável de milhões, Agamben inclui a “vida nua” (*Homo Sacer*) como elemento político compreensível. Esta “vida nua” é, portanto, toda e qualquer vida que pode ser sacrificável e é um produto direto de um estado de exceção quando este se torna a regra. Segundo Agamben, o estado de exceção ou estado de sítio é a condição jurídica onde a lei anula a lei, muito comum em situações de guerra, pandemias, desastres naturais ou demais fatores externos que podem interferir na funcionalidade do estado democrático de direito.

Para ele, o “poder soberano” é aquele que pode decidir sobre o estado de exceção, fazer valer pelo convencimento da massa como uma verdade necessária, autojustificada e que todos clamem por isto, pois “na medida em que o estado de exceção é ‘desejado’, ele inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma torna-se indiscernível da exceção”.¹⁵ Para o autor, a soberania também é o ponto de convergência entre a violência e o direito, o “limiar em que a violência transpassa em direito e o direito em violência”.¹⁶ As práticas acordadas inicialmente com o conjunto da sociedade democrática como ilegais, no estado de exceção então, passam a fazer

¹⁴ FOUCAULT, 1988, p. 149.

¹⁵ AGAMBEN, 2010, p. 166.

¹⁶ AGAMBEN, 2010, p. 38.



sentido em nome de uma necessidade de “intervenção” e aos poucos essas mesmas práticas são cunhadas como normais e aceitáveis, em um campo político onde a distinção entre a legalidade e a cólera não mais existe.

No terreno da ilegalidade e desigualdade sem discernimento, surge, portanto, a “vida nua” como propõe Agamben, a vida sem o aparato de defesa jurídico, que pode ser imolada sem o cometimento de crime. Entendemos por “vida nua” toda e qualquer vida (bio) que não possui um propósito ou qualificação aos olhos do poder moderador e perante as demais vidas que “merecem serem vividas” dessa forma, para não atrapalhar o bom funcionamento da vivência alheia, pode ser mortificada ou expostas a morte. São aqueles que viveram e morreram de maneira explícita nos campos de concentração nazistas ou, que ainda vivem em “campos de concentração democráticos modernos” como as favelas, os becos, casas abandonadas e as chamadas “invasões”.

Os pensamentos de Agamben e Foucault entrelaçam e solidificam a argumentação de Mbembe sobre a “necropolítica” ao relacionar os conceitos de biopolítica e vida nua, abordando-os em um contexto posterior ao período colonial. Mbembe ressalta a conduta da vida em face do massacre dos povos tradicionais em uma análise sobre as “topografias da crueldade” desde os primórdios do país colônia e os sistemas de *plantations*.¹⁷

Esses agentes econômicos internacionais e principalmente, sob o controle estatal, atuam de maneira mútua para apaziguar a vida e as relações sociais, transformando tudo isto em uma moeda de troca, em outras palavras, a gestão privada da vida. Essa coordenação transformará as existências sociais em “mortas-vivas”, aproximando assim sua argumentação às formas de vida que podem ser consideradas “vidas nuas” e afirmando que as práticas de resistência na condição do subalterno, do baixo, da vida que não vale nada, é cada vez mais mitigada.

Todos os conceitos e pensamentos apresentados até este momento, servem de embasamento para Mbembe. Para o autor, vivemos não somente a luz da biopolítica desde os tempos coloniais, mas, sobretudo, uma necropolítica, pois o foco das tecnologias de poder encontra-se na “submissão da vida ao poder da morte”.¹⁸ O “necropoder” envolve “a capacidade de definir quem tem importância e quem não a tem, quem está desprovido de valor e pode ser facilmente substituído e quem não”.¹⁹ Os chamados “corpos matáveis” e os territórios passíveis de destruição são racializados, socialmente e historicamente vulnerabilizados e subalternizados.

O necropoder é exercido por intermédio de uma política mortífera, coloca, portanto, os marginalizados, miseráveis, baixa renda, negros, favelados, indígenas, homossexuais. em situações sociais de quase morte ou, que se justifique a morte em

¹⁷ MBEMBE, 2020, p. 40.

¹⁸ MBEMBE, 2020, p. 74-75.

¹⁹ MBEMBE, 2020, p. 46.



nome do liberalismo e independência econômica. O necropoder tem a capacidade de “embaralhar as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade” nas “topografias recalçadas de crueldade”.²⁰

Em um contexto em que o Estado já não mais almeja a resolução de crises econômicas e sociais porque estas se mostram permanentes, bem como não pretende mais a inclusão das parcelas mais vulneráveis da população, a gestão desses passa a ser dirigida para a aniquilação, para o fazer morrer.

Para Mbembe, as noções de necropolítica e de necropoder são usadas para refletir os diversos meios em que no mundo contemporâneo é exposto, desde o acesso facilitado às armas, com o objetivo de destruir o máximo de pessoas, até a criação dos mundos da morte, formas únicas e novas de existência social em que numerosas populações estão sujeitas a condições de existência desumanas, que lhes dão o status de mortos-vivos.

Tomando como exemplo a proposta deste artigo e segundo Mbembe, os primeiros campos de concentração podem ser compreendidos não como aqueles criados e geridos pelo sistema de poder nazista, mas, na criação e gestão das antigas colônias de extração, nas épocas das grandes navegações e que foram marcadas pelo regime de exceção imposto pelos colonizadores, que, em busca da conquista e afirmação de suas soberanias, exploraram, assassinaram e perpetraram uma operação para tornar legítimo os massacres em nome do poder.

Os primeiros campos de concentração sugeridos pelo autor a partir de suas reflexões sobre a necropolítica são frutos de um sistema político que necessita criar “inimigos” para se justificar, formando assim um estado de insegurança constante. Em *Políticas da inimizade*, Mbembe faz a vinculação desse poder de morte com o racismo por ser seu campo de pesquisa e atuação, mas podemos levar essa ligação além e adicionar aqui as questões de homofobia, xenofobia, antissemitismo e demais preconceitos cultivados em uma sociedade.

Em *Políticas da inimizade*, Mbembe sustenta, por exemplo, que o papel central que o racismo exerce na consolidação de uma economia da hostilidade, orienta o estado neoliberal do século XXI, grande moderador e gestor das vidas. Logo, a generalização do discurso de insegurança instaura uma cisão cognitiva no corpo populacional, uma mais aguda distinção social, e aqueles que são vistos como “selvagens” e “animais”, tornam-se assim, passíveis de morte. À vista disso, há a criação do “outro” que nada mais é que um pressuposto para a racionalidade da segurança no neoliberalismo, baseada numa política do medo e do “nós contra eles”, que buscará um “bode-expiatório” como projeção dos anseios e riscos inerentes à nova lógica social.

²⁰ MBEMBE, 2020, p. 71.



Em primeira instância, é imprescindível que entendamos que o extermínio da raça judaica compreende uma política social desde o início do terceiro Reich alemão até sua queda em 1945, como defende o historiador Richard Evans, o que mobilizou todos os poderes da sociedade alemã para menosprezar o povo judeu não era apenas uma convicção cega de que essas pessoas eram subhomens ou raça, mas uma fusão perfeita de medo e de ódio com base na certeza de que todos os males da Alemanha seriam resolvidos com o extermínio desses povos, era portanto também uma questão de sobrevivência. Após a "solução final" em 31 de julho de 1941, a política de "demonizar" o povo judeu já havia alcançado entre o povo alemão, caráter majoritário. As instituições estatais estavam preocupadas em desenvolver e expandir políticas nacionais destinadas a colocar os judeus no papel de maior inimigo da Alemanha e, assim, decretos e leis antijudaicas se manifestaram durante aquele período com o objetivo de cooperar e encorajar a segregação.²¹

A degradação e desumanização de todos os prisioneiros, e especialmente dos judeus dentro do campo de concentração, serviram ao propósito da máquina de extermínio nazista para finalmente transformar todos aqueles homens e mulheres em algo que não tem valor e, portanto, pode ser exterminado. A existência dessas formas de vida, agora transformadas em objetos, ameaçava não apenas a integridade pessoal dos indivíduos fora do campo de concentração, mas também todo um sistema que estava condicionado a eliminar a espontaneidade dessas formas abjetas.

3 A resistência e o testemunho de Vladek Spiegelman

O primeiro dos conceitos ligados ao termo "resistência" e seu significado etimológico e histórico, provém do latim *resistentia* e significa a recusa em se submeter à vontade dos outros; oposição, reação, o ato de discordar de um plano ou ideia e se recusar a aceitá-lo.²² Seguindo Alfredo Bosi em seus estudos sobre narrativa e resistência, o autor defende que resistência se refere a um conceito que é "originalmente ético, não estético. Seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, fora do sujeito. Resistir é opor a própria força à dos outros. O cognato próximo é "insistir"; o antônimo familiar é "desistir".²³

Diferindo do pensamento de Bosi e levando em totalidade o conceito bruto de resistência / resistir, de acordo com dicionários como Cambridge, Barbara Harlow em sua obra *Literatura e Resistência* infere que a resistência pode então ser entendida como uma manifestação inerente ao ser, conferindo-lhe uma potência subjetiva intimamente ligada ao lado ético humano, ou seja, a escrita, a arte, a memória e até mesmo através do próprio corpo quando ele "resiste" se erguendo contra, cognitivamente, forças externas que ameaçam sua existência. Barbara Harlow aborda a literatura como parte

²¹ EVANS, 2014.

²² CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH, 2020.

²³ BOSI, 2002, p. 11.



fundamental de resistência, especialmente no chamado "terceiro mundo" e em sua obra, fornece "uma análise histórica profunda das circunstâncias de dominação e repressão econômica, política e cultural". A autora também associa o termo resistência à luta armada e aos movimentos de libertação, sempre propondo uma análise não unilateral do termo e apresentando o momento da revolta antagônica às forças hostis a uma sociedade livre. O termo resistência então aproxima-se muito mais aos aspectos culturais e narrativos a partir do momento em que a sociedade civil se aliou aos intelectuais, em diferentes esferas da sociedade, para lutar contra o nazismo / fascismo, bem como o franquismo e o salazarismo na França e na Rússia respectivamente, no que Eric Hobsbawm chamou de "A era dos extremos".

Dentro destes breves comentários sobre resistência, Vladek Spiegelman encontra-se, dentro de sua própria história e memória retratada em *Maus*, como o personagem de arco central, rabiscado desde o início de sua vida morosa e laboral nos anos 30 na Europa do pré-guerra, até o ponto de partida das profundas mudanças extremas e graduais que em poucos anos viria a enfrentar como um judeu refugiado. Vladek é a testemunha e seu filho Art, o ouvinte. Para Agamben em *O que resta de Auschwitz*, um dos motivos elementares que leva um deportado/refugiado a lutar por sua sobrevivência, é a possibilidade de tornar-se uma testemunha, denunciar, fazer justiça. Muitas testemunhas preferem optar pelo silêncio, na tentativa de esquecer os horrores e traumas pelos quais passaram. Agamben usa como exemplo Primo Levi, judeu italiano sobrevivente de Auschwitz, autor de *É isto um homem?* e que se tornou testemunha e escritor dos horrores sofridos no campo de concentração com o único e exclusivo propósito de depor, buscando a paz consigo mesmo por testemunhar.²⁴

É necessário chamarmos a atenção para um aspecto importante na literatura sobre o holocausto, a opção de silêncio de muitas vítimas, que levou Dori Laub em importante ensaio sobre o assunto a analisar a questão da "impossibilidade de narrar", dizendo assim que o holocausto foi "um acontecimento sem testemunha" devido ao grau exagerado de violência e singularidade; a verdadeira testemunha, segundo Laub, seria aquela que pudesse permear o evento em sua totalidade e por esta razão, não haveria forma de sobreviver. O depoimento então, só poderia acontecer posteriormente, por aqueles que se mantiveram "distantes" do evento limite e não foram totalmente afetados por ele pois conseguiram sobreviver.²⁵

Laub menciona algo como "manter distância" e "acontecimento sem testemunha", o autor não está implicando em uma possível falsidade de um depoimento, pois sem testemunha, logicamente não pode haver depoimento, o argumento diz mais respeito a algo que Nietzsche em *Além do bem e do mal* poderia teorizar que "todos aqueles que enfrentam monstros devem ter cuidado para não se tornar um deles" porque "quando você olha para um abismo por muito tempo, o abismo também olha para você". Ao

²⁴ AGAMBEN, 2015b, p. 25-26.

²⁵ LAUB, 1995, p. 65.



traçar este paralelo, assumimos que aqueles que testemunharem poderiam então olhar para o abismo nietzschiano, mas havia aqueles que, ao fazê-lo, não poderiam voltar atrás. Vladek Spiegelman como testemunha, foi capaz de “fitar o abismo” e voltar para relatar a sua história e a de outros que não o puderam fazer, narrar os fatos e acontecimentos do seu período de detenção de uma forma única e sagaz, apresentando um olhar maduro e uma visão perspicaz de Auschwitz, optando por mostrar ao mundo seu testemunho através do olhar de seu filho.

Retornando ao pensamento de Agamben, na oportunidade de apresentar dois termos comuns na discussão para a representação de testemunha, o autor propõe o termo em latim, *testis* e que deu origem ao termo testemunha; etimologicamente tem o significado daquele que se opõe como terceiro, entre um ou dois oponentes. O segundo termo conhecido como *superstes* faz jus àquele que viveu, passou, cruzou até o final de um evento limite, sobreviveu e pode, portanto, testemunhar. Podemos identificar o personagem *testis* e *superstes* nas narrativas testemunhais sobre o holocausto, tomando como exemplo Vladek Spiegelman, que pôde passar por um acontecimento singular e depois de sobreviver, relatou seu cotidiano naquele espaço de concentração, ao mesmo tempo que também pôde relatar a rotina de vários outros presos e seus comportamentos e características diante da luta pela sobrevivência e proteção de sua própria humanidade.

A todo momento, Art Spiegelman possibilita que os leitores, por meio do testemunho de seu pai, conheçam um início incerto, um meio brutal e um fim desolador de toda a história que nasceu com a política de mortandade imposta aos judeus pelos nazistas e que conduziu os tentáculos estruturais do terceiro Reich alemão. Para o testemunho de Vladek Spiegelman confidencializado a seu filho, Augusto Sarmiento-Pantoja propõe uma nova configuração testemunhal para encaixar testemunhos desta natureza, que são muitas vezes oriundos de testemunhas *testis* oralizados a terceiros e que por sua vez, realizam um resgate do testemunho ao descrever e narrar as experiências ouvidas, como Art Spiegelman o fez ao produzir *Maus*; a este tipo de testemunho denominamos *Arbiter*. Ainda nas palavras de Augusto Sarmiento-Pantoja:

Temos agora uma forma de testemunho constituída por um narrador que apenas ouviu a narrativa, o testemunhante, ou seja, aquele que valida o testemunho, ouvindo e vendo o testemunho e, por conta de ter ouvido o testemunho, é capaz de replicá-lo, avaliando a narrativa e selecionando para a sua nova narração o que lhe interessa narrar, seja essa narrativa feita pelo narrador *testis* ou *superstes*. É interessante observar que o narrador, pode até ser protagonista da narrativa, mas constrói seu testemunho não apenas pela sua memória, mas por um conjunto de memórias protéticas a sua, que foram narradas por um terceiro ao narrador, que a analisa e a constitui como sua memória.²⁶

²⁶ SARMENTO-PANTOJA, 2019, p. 14-15.



A história e memória de Vldek Spiegelman encanta e emociona pela forma de como foi retratada por Art Spiegelman, desde o início dos grandes conflitos, Vldek já ganhava a vida e resistia à vida de sua maneira particular, no auge das perseguições e deportações, protegia e cuidava de sua família da forma que encontrava, conseguiu esconder a todos até o prelúdio do fim da segunda guerra e, mesmo sendo capturado e enviado à Auschwitz, sua esperteza e artimanhas lhe conferiam papel de destaque por onde passava, a resistência de Vldek perante a desumanização e morte de milhões, tornou-o um homem extremamente metódico e por muitas vezes, frio, como retratado por seu filho em *Maus: a história de um sobrevivente*.

Vldek Spiegelman testemunhou conscientemente para seu filho que ganhava a vida como quadrinista e via em uma história tão rica e importante como a do pai, uma possível forma de vender muitos exemplares, nunca negando as ambições do pai, que o ajudou a escrever sobre suas próprias memórias e especialmente a mãe de Art, chamada Anja, o primeiro e único amor de Vldek e que esteve ao seu lado nos mais diversos horrores. Ela foi afastada do marido primeiramente como refugiados e fugitivos, quando perderam metade de suas famílias, enviadas para campos distintos na Europa, incluindo seu primeiro filho Richieu, irmão que Art jamais chegou a conhecer. Posteriormente, Vldek e Anja são separados novamente até o fim da guerra, dessa vez no campo de concentração especial reservado para mulheres para onde Anja fora enviada, localizado do outro lado do complexo de Auschwitz.

O casal sobreviveu à Auschwitz e com o passar dos anos, voltou a se estabelecer e constituir família. Anja Spiegelman engravidou novamente e assim nasceu Art Spiegelman. Anja jamais conseguiu se recuperar dos traumas e pesadelos em decorrência dos horrores e incontáveis perdas na época de guerra, cometeu suicídio em 1968. Art sempre culpou o pai pela morte da mãe, o relacionamento dos dois sempre fora difícil e Vldek fora retratado no quadrinho do filho de maneira real, sem esconder os diversos erros e problemas que carregava, avarento, pertinaz, egocêntrico e teimoso; elementos fundamentais que sem dúvida o ajudaram a nunca desistir e a sobreviver ao holocausto por conta de sua personalidade forte e sagaz. Após narrar toda a história a seu filho Art, Vldek Spiegelman falece em 1982 antes mesmo da publicação do quadrinho.

Por fim, e de maneira geral, testemunho e resistência se aliam para dar forma à narrativa contida na obra de Art Spiegelman, seu grande impacto e importância historiográfica tanto para o meio de obras testemunhais sobre a segunda guerra mundial e o holocausto quanto para o meio acadêmico e editorial fora reconhecido ao receber o prêmio *pulitzer* de jornalismo em 1992, figurando como a primeira *graphic novel* a recebê-lo. Evento que levantou uma série de debates em decorrência do posterior gênero em que a obra poderia figurar: história em quadrinhos, matéria jornalística, testemunho, ficção.



Ao abordar questões sobre a necropolítica, podemos traçar um paralelo entre atualidade e o passado histórico, os horrores insondáveis presentes em todo o contexto do século XX podem ser considerados o ápice de uma política de mortandade que discriminou, escravizou e assassinou desde os primórdios da criação de uma sociedade como conhecemos. Falar sobre necropolítica é, antes de mais nada, expor as mazelas não tão óbvias de um sistema político e ideológico que vem se adaptando com o passar dos séculos e está presente nos discursos e práticas de um estado sequestrado para atender interesses obscuros de uma classe que permeia todas as esferas de poder. Finalmente, este trabalho não pretende tecer um veredito máximo sobre o assunto, tendo em vista a amplitude de variáveis linhas de pesquisa distintas que surgem a cada nova página de *Maus: a história de um sobrevivente*, a proposta deste trabalho em utilizar a ótica necropolítica para tratar dos inenarráveis campos de concentração e extermínio do povo judeu é descortinar uma realidade que se impõe mesmo após o fim da barbárie nazista. A fácil difusão da estética e do discurso populista neoliberal na ordem democrática, torna-o intrínseco e de forte apelo popular em “ordem e progresso”, refletindo em políticas públicas de segregação, perseguição e confronto, um *Reich* moderno.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*: [Homo Sacer, II, I]. Tradução de Iraci D. Poleti. Boitempo Editorial, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]. Tradução de Selvino J. Assmann. Boitempo editorial, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Tradução de Marcus Penchel. Zahar, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH. Cambridge University Press, 1995. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/en/>. Acesso em: 13 out. 2020.
- EVANS, R. J. *O Terceiro Reich no poder*. Tradução de Lúcia Brito. São Paulo: Planeta, 2014.
- EVANS, R. J. *The Third Reich at War: 1939-1945*. Penguin, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.



HARLOW, Barbara. *Resistance literature*. Routledge, 1987.

HILBERG, Raul. *A destruição dos judeus europeus*. Tradução de Carolina Barcellos, Laura Folgueira, Luís Protásio, Maurício Tamboni, Sonia Auigusto. São Paulo: Editora Amarelly, 2016.

HOBSBAWM, E J. *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*. London: Abacus, 2001. Print

LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Cornell University Press, 1998.

LACAPRA, Dominick. *Representing the Holocaust: history, theory, trauma*. Cornell University Press, 1994.

LAUB, Dori. Truth and testimony: The Process and the struggle. In: CARUTH, C. (org.). *Trauma. Explorations in memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 61-75.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MBEMBE, Achille et al. *Necropolítica, una revisión crítica. Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMMUAC, [s.d.]. p. 130-139, 2012.

MBEMBE, Achille *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. p.89-151.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Beyond Good and Evil: Prelude to a Philosophy of the Future*. London, England; New York, New York: Penguin Books, 1990.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. *O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter*. *Literatura e Autoritarismo*, n. 33, 2019.

SPIEGELMAN, Art. *The complete Maus*. London: Penguin, 2003.

VISCONTI, Maria. Narrar o inenarrável; representar o irrepresentável: Os limites de representações de Auschwitz aos olhos de Art Spiegelman e Primo Levi. *Temporalidades*, v. 11, n. 2, p. 647-665, 2019.

WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of the Truth. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. USA: Harvard University Press, 1992.

Recebido em: 23/02/2021.

Aprovado em: 23/05/2021.